

Para construir uma base sólida para a compreensão **da Negligência**, aqui está uma análise abrangente de:

1. Elementos para estabelecer uma alegação de negligência
 2. Exemplos (pedido do demandante, argumento do réu, contra-argumento do demandante)
 3. Defesas à negligência
 4. Exemplos jurisprudenciais de defesas
 5. Perguntas de múltipla escolha no estilo MBE Bar com respostas
 6. Pergunta e resposta de ensaio utilizando o formato IRAC
 7. Jurisprudência pertinente
-

I. ELEMENTOS PARA ESTABELECEER UMA ALEGAÇÃO DE NEGLIGÊNCIA

O demandante deve provar **quatro elementos**:

1. **Dever** – O réu devia um dever legal de cuidado ao autor.
 2. **Violação** – O demandado violou esse dever ao agir ou deixar de agir como uma pessoa razoável agiria nas circunstâncias.
 3. **Nexo de causalidade**
 - o **Causa real (Causa-em-facto)** – Mas pela conduta do réu, o dano não teria ocorrido.
 - o **Causa próxima (causa legal)** – O dano foi resultado previsível da conduta do réu.
 4. **Danos** – O demandante sofreu danos ou lesões reais.
-

II. CENÁRIO DE EXEMPLO

Pedido do autor:

John (Autor) caminhava em uma calçada pública quando Sarah (Réu), que estava enviando mensagens enquanto dirigia, desviou para o meio-fio e atingiu John.

- **Dever:** Sarah tinha o dever de operar seu veículo de forma razoável e segura.

- **Violação:** Enviar mensagens de texto durante a condução violou esse dever.
- **Nexo de causalidade:**
 - **Causa real:** Mas para a distração de Sarah, ela não teria batido em John.
 - **Causa próxima:** É previsível que mensagens de texto durante a condução possam levar a atropelar um peão.
- **Danos:** John sofreu uma fratura na perna e incorreu em US \$ 50.000 em contas médicas.

Argumento do réu:

Sarah argumenta que John estava andando ou olhando para seu telefone e não prestando atenção.

Contra-argumentação do demandante:

Mesmo que João estivesse distraído, a negligência de Sarah era o fator substancial. A negligência comparativa ainda permitiria que John recuperasse uma porcentagem dos danos dependendo da jurisdição.

III. DEFESAS POR NEGLIGÊNCIA

1. Negligência contributiva (poucas jurisdições)

- Se o demandante foi mesmo 1% negligente, está impedido de recuperar.
 - **Processo:** *Butterfield v. Forrester* (1809) – queixoso andou demasiado depressa e bateu numa obstrução.

2. Negligência comparativa

- **Puro:** Os danos sofridos pelo demandante são reduzidos pela sua percentagem de culpa.
- **Modificado:** O demandante só pode recuperar se a sua culpa for inferior a 50% ou 51%, dependendo da jurisdição.

3. Assunção de Risco

- O demandante assumiu, consciente e voluntariamente, o risco de dano.
 - **Processo:** *Murphy v. Steeplechase Amusement Co.* (1929) – O demandante lesado numa viagem assumiu o risco.

4. Doutrina de Emergência

- O arguido agiu como uma pessoa razoável agiria numa situação de emergência que não foi da sua autoria.

IV. EXEMPLOS JURISPRUDENCIAIS DE DEFESAS À NEGLIGÊNCIA

1. **Palsgraf contra Long Island R.R. Co.** (1928):
 - Caso emblemático sobre **previsibilidade** em causa próxima.
2. **Li v. Yellow Cab Co., da Califórnia** (1975):
 - A Califórnia adotou **pura negligência comparativa**.
3. **Knight v. Jewett** (1992):
 - **Assunção primária de risco** em caso de lesão desportiva.
4. **Anderson v. Minneapolis, St. P. & S. Ste.** (1920):
 - **Múltiplas causas suficientes** ainda podem suportar a responsabilidade.

V. PERGUNTA DE ESCOLHA MÚLTIPLA AO ESTILO MBE

Pergunta:

Uma mulher estava andando em uma loja quando escorregou em uma poça de refrigerante. O gerente da loja argumenta que o vazamento ocorreu apenas 1 minuto antes da queda, e os funcionários inspecionam os corredores a cada 15 minutos.

Qual é o argumento mais forte **para a loja**?

Um. A mulher não estava prestando atenção para onde estava andando. B. A loja não pode ser responsabilizada porque não criou a condição. C. A loja exerceu um cuidado razoável, inspecionando regularmente os corredores. D. A mulher assumiu o risco de escorregar quando entrou na loja.

Resposta:

C.

A loja pode evitar responsabilidade se tiver exercido um cuidado razoável, como inspeções oportunas. A política de 15 minutos pode mostrar a devida diligência.

VI. PERGUNTA DE DESENVOLVIMENTO & RESPOSTA (MÉTODO IRAC)

Pergunta dissertativa:

Dale, um proprietário de uma casa, deixou seu aspersor de grama funcionando durante a noite, fazendo com que a água se acumulasse na calçada pública. Sarah, caminhando para o trabalho, escorregou e quebrou o tornozelo. Dale afirma que não tinha ideia de água acumulada além de sua propriedade.

Resposta em formato IRAC:

Problema: Dale é responsável perante Sarah por negligência?

Regra: Para provar negligência, o demandante deve demonstrar: (1) Dever, (2) Violação, (3) Nexo de causalidade e (4) Danos. Um proprietário tem o dever de manter a propriedade de uma forma que não coloque em perigo injustificadamente os pedestres. A causalidade inclui a causa real e a causa próxima. Os danos devem ser reais e previsíveis.

Aplicação:

- **Dever:** Dale tinha o dever de usar seu aspersor de uma forma que não causasse riscos ao público.
- **Violação:** Deixá-lo funcionar durante a noite e não monitorar o escoamento pode violar esse dever.
- **Nexo de causalidade:**
 - **Atual:** Mas para o escoamento da água, Sarah não teria caído.
 - **Próximo:** É previsível que a água dos aspersores possa se acumular nas calçadas e causar lesões.
- **Danos:** Sarah sofreu uma lesão física.

Contra-argumento: Dale alega falta de conhecimento. No entanto, espera-se que os proprietários razoáveis estejam cientes dos efeitos da rega durante a noite.

Conclusão: Dale é provavelmente responsável por negligência.

VII. JURISPRUDÊNCIA PERTINENTE

1. **Palsgraf contra Long Island Railroad Co.** (1928) – Causa próxima e previsibilidade.
2. **Rowland v. Christian** (1968) – Aboliu as distinções de direito comum entre licenciados e convidados na Califórnia;

3. **Li v. Yellow Cab Co.** – Adotada negligência comparativa.
 4. **Murphy v. Steeplechase** – Assunção voluntária de risco.
 5. **Bethel v. NYC Transit Authority** (1998) – O padrão de pessoa razoável aplica-se amplamente, incluindo transportadores comuns.
-

Perguntas dissertativas relacionadas com negligência, cada uma seguida de um modelo de resposta ao estilo IRAC. Essas perguntas abrangem diferentes dimensões, como dever, violação, causalidade, defesas e negligência comparativa.

◆ **Questão de Ensaio 1: Dever e Previsibilidade**

Pergunta:

Paul é dono de uma padaria e regularmente limpa o chão todas as manhãs. Um dia, ele esqueceu de colocar uma placa de "Piso molhado" depois de esfregar. Lucy, uma cliente, entrou na loja, escorregou no chão molhado e quebrou o pulso. Paulo argumenta que o chão seca rapidamente e que Lúcia devia estar a olhar para onde ia.

Resposta IRAC:

Questão:

Paulo violou um dever de cuidado devido a Lúcia, resultando em negligência?

Regra:

Os proprietários de empresas têm o dever para com os convidados (clientes) de manter as instalações razoavelmente seguras. A violação ocorre se um requerido não tomar precauções que uma pessoa razoável tomaria em circunstâncias semelhantes. O nexo de causalidade e os danos também devem ser demonstrados.

Aplicação:

- **Dever:** Paulo devia a Lúcia um dever como convidado.
- **Violação:** Não colocar uma placa de "Piso molhado" é uma provável violação desse dever. Um empresário razoável avisaria os clientes.
- **Causa:** Mas pela falta de sinalização, Lucy teria caminhado com mais cautela ou evitado a área. O prejuízo era previsível.

- **Danos:** Lucy sofreu uma fratura no pulso — dano real.

Contra-argumento:

Paulo pode argumentar negligência contributiva ou negligência comparativa. No entanto, a sua falta de aviso aumentou claramente o risco.

Conclusão:

Paulo provavelmente violou seu dever e é responsável pelos ferimentos de Lucy.

◆ **Questão de Ensaio 2: Causa Próxima e Causa Interveniente Substituta**

Pergunta:

Dan negligentemente deixa uma escada deitada em uma calçada. Julie tropeça nele e cai na rua. Um carro em alta velocidade, conduzido por Tim, que está enviando mensagens, atinge Julie. Julie processa Dan por negligência. Dan afirma que as ações de Tim foram uma causa interveniente que quebra a cadeia de causalidade.

Resposta IRAC:

Problema:

Dan é responsável pelos ferimentos de Julie, ou a condução de Tim foi uma causa substituta?

Regra:

Um réu é responsável se a sua conduta foi a causa próxima do dano, ou seja, o dano foi uma consequência previsível. Um ato interveniente só pode quebrar a cadeia se for imprevisível e extraordinário.

Aplicação:

- A colocação negligente da escada por Dan criou um perigo previsível.
- Julie caiu na rua por causa da conduta de Dan.
- A condução negligente de Tim (excesso de velocidade e mensagens de texto) pode ser uma causa concomitante, mas não necessariamente superativa, uma vez que motoristas negligentes são previsíveis em ambientes urbanos.

Conclusão:

Dan ainda é responsável porque o ato interveniente não foi tão imprevisível a ponto de quebrar a cadeia de causalidade próxima.

◆ **Questão de Ensaio 3: Assunção de Risco**

Pergunta:

Taylor assiste a um jogo profissional de hóquei e é atingido por um puck. Ela processa a arena por não instalar redes atrás dos gols. A arena argumenta que ela assumiu o risco ao assistir ao jogo.

Resposta IRAC:

Questão:

A assunção de risco impede Taylor de recuperar danos?

Regra:

Assunção de risco é uma defesa em que um demandante aceita voluntariamente um risco conhecido e apreciado. Pode ser **expressa** ou **implícita**. Se o risco for inerente à atividade e o demandante tiver conhecimento do mesmo, a recuperação pode ser prescrita.

Aplicação:

- Os jogos de hóquei envolvem o risco de pucks voando para as arquibancadas.
- Taylor, como um participante regular, provavelmente conhecia e apreciava esse risco.
- Muitas arenas publicam avisos e isenções de responsabilidade sobre esse perigo.

Conclusão:

Taylor provavelmente assumiu o risco, barrando sua recuperação sob o pressuposto implícito da doutrina do risco.

◆ **Questão de Ensaio 4: Negligência Comparativa**

Pergunta:

Mark estava dirigindo 5 mph acima do limite de velocidade quando Joan de repente correu para a rua no meio do quarteirão. Marcos desviou, mas ainda acertou Joana. Joana processa Marcos por negligência. A competência segue **a negligência comparativa modificada (regra dos 50%)**.

Resposta IRAC:

Problema:

Joana pode recuperar dos ferimentos sofridos por negligência comparativa modificada?

Regra:

Em caso de negligência comparativa modificada, um requerente só pode recuperar se a sua culpa for **inferior** à do requerido. Se o demandante tiver **50% ou mais de culpa**, não recupera nada.

Aplicação:

- Mark estava em alta velocidade, mas apenas ligeiramente. Violou um dever.
- Joan jaywalk — também uma brecha. A culpa dela pode ser considerada maior.
- Um júri pode considerar Joana 60% culpada e Mark 40%.

Conclusão:

Se a culpa de Joana é de 50% ou mais, ela não pode recuperar sob negligência comparativa modificada. Provavelmente, ela será impedida de se recuperar.

◆ **Questão de Ensaio 5: Negligência Profissional (Negligência Médica)**

Pergunta:

O Dr. Lee realizou uma cirurgia na paciente Anne. Durante o procedimento, ele acidentalmente deixou uma esponja dentro do abdômen dela. Anne sofreu complicações e precisou de outra cirurgia. O Dr. Lee argumenta que seguiu todos os protocolos hospitalares adequados.

Resposta IRAC:

Problema:

O Dr. Lee é responsável por negligência médica?

Regra:

Os profissionais médicos têm o dever de exercer os conhecimentos e as competências normalmente possuídos pelos membros da profissão em circunstâncias semelhantes. Deixar um objeto estranho dentro de um paciente normalmente invoca **res ipsa loquitur** (a coisa fala por si).

Aplicação:

- A lesão (esponja deixada dentro) geralmente não ocorre sem negligência.
- Anne não tinha controle sobre o evento.
- O Dr. Lee e a equipe cirúrgica tinham controle exclusivo sobre os instrumentos.

Conclusão:

Anne provavelmente pode invocar **res ipsa loquitur**. O Dr. Lee é presumido negligente e provavelmente responsável por negligência.

Questões de ensaio mais específicas do estado e especializadas relacionadas à negligência, particularmente com foco na responsabilidade do proprietário da terra, padrões de cuidados infantis, socorristas e lei específica do Arizona. Cada um inclui uma resposta no estilo IRAC, modelada no formato de exame de barras.

◆ **Pergunta de ensaio 6: Responsabilidade do proprietário de terras (Lei do Arizona)**

Pergunta:

No Arizona, a proprietária Jill opera uma mercearia de bairro. Uma criança, de 7 anos, entra numa área de armazenamento restrita, tropeça num balde de esfregão e fica ferida. Havia uma pequena placa de "Apenas funcionários", mas nenhuma porta trancada. Os pais processam por negligência. Jill afirma que a criança era um invasor.

Resposta IRAC:

Questão:

Jill é responsável pelos danos sofridos pela criança de acordo com a lei de responsabilidade civil do Arizona?

Regra (Arizona):

Arizona segue o **sistema tripartite**: convidado, licenciado e invasor. Para **os invasores**, os proprietários de terras geralmente devem apenas o dever de se abster de condutas dolosas ou dolosas. No entanto, de acordo com a **Doutrina do Incômodo Atraente**, os proprietários de terras podem dever um dever de cuidado razoável para com as crianças se:

1. Existe uma condição perigosa.
2. O proprietário sabe ou deveria saber que as crianças são suscetíveis de invadir.
3. A criança, devido à idade, não consegue apreciar o perigo.
4. O fardo de eliminar o perigo é pequeno em comparação com o risco.
5. O proprietário não tem cuidado razoável.

Aplicação:

- O balde de esfregão e a área de armazenamento podem ser qualificados como uma condição perigosa.
- Jill sabia que a loja está em uma área residencial com visitantes frequentes de crianças.
- A criança tem 7 anos — provavelmente incapaz de compreender plenamente o risco.
- Teria sido fácil trancar a porta.
- Nenhum esforço para restringir o acesso, exceto por um sinal.

Conclusão:

De

acordo com a Doutrina do Incômodo Atraente, Jill pode ser responsabilizada por negligência, apesar da criança ser um invasor.

◆ **Questão de Ensaio 7: Norma de Negligência Infantil**

Pergunta:

Kevin, de dez anos, andava de bicicleta de forma imprudente na calçada e colidiu com uma idosa, provocando a queda e fratura do quadril. A mulher processa Kevin por negligência. A defesa de Kevin argumenta que ele é apenas uma criança e não pode ser mantido em um padrão adulto.

Resposta IRAC:

Problema:

Uma criança pode ser responsabilizada por negligência de acordo com os princípios padrão de responsabilidade civil?

Regra:

As crianças são mantidas ao padrão de cuidados de uma **criança razoável de idade, inteligência e experiência semelhantes**, exceto quando envolvidas em **atividades adultas** (por exemplo, dirigir um veículo motorizado), caso em que se aplica o padrão adulto.

Aplicação:

- Kevin tem 10 anos. O tribunal avaliará se uma criança típica de 10 anos se comportaria dessa forma.

- Andar de bicicleta não é considerado uma atividade para adultos.
- O comportamento imprudente pode ficar aquém do padrão esperado de uma criança razoável de 10 anos.
- Se for considerado negligente por esse padrão, Kevin pode ser responsabilizado.

Conclusão:

Kevin pode ser responsabilizado se sua conduta se desviar da de uma criança razoável de 10 anos, mesmo que ele não seja mantido em um padrão adulto.

◆ **Questão de Ensaio 8: Doutrina do Socorrista**

Pergunta:

Ben negligentemente causou um incêndio em seu prédio de apartamentos. Clara, uma transeunte, entrou no prédio para salvar uma criança que ouviu gritos. Ela foi ferida no processo. Ben argumenta que Clara assumiu voluntariamente o risco e deveria arcar com o prejuízo.

Resposta IRAC:

Questão:

Ben é responsável por Clara sob a doutrina do salvador?

Regra:

De acordo com a Doutrina do **Socorrista**, um ator negligente é responsável por danos a terceiros que tentam resgatar uma vítima colocada em perigo devido à negligência do ator. A assunção de risco geralmente não impede a recuperação em situações de resgate, a menos que o socorrista tenha agido de forma imprudente.

Aplicação:

- Ben criou a situação perigosa ao causar o incêndio por negligência.
- O ato de resgate de Clara era previsível e uma resposta humana natural.
- A menos que suas ações tenham sido imprudentes, Ben não pode afirmar a assunção de risco como defesa.

Conclusão:

Clara tem provavelmente direito a recuperar. A doutrina do salvador a protege da defesa de Ben de assunção de risco.

◆ **Questão de Ensaio 9: Falha Comparativa – Arizona (ARS § 12-2505)**

Pergunta:

No Arizona, Peter bateu na traseira do carro de Susan em alta velocidade. Susan, no entanto, não tinha luzes de freio funcionando e estava mudando de faixa de forma irregular. Susana processa Peter por negligência. Pedro contra-argumenta. Quem pode recuperar?

Resposta IRAC:

Questão:

O estatuto de culpa comparativa do Arizona afeta o resultado da negligência mútua?

Regra (ARS § 12-2505):

Arizona aplica **culpa comparativa pura**. Os danos de cada parte são reduzidos pela sua porcentagem de culpa. A recuperação não está **prescrita**, mesmo que o demandante tenha mais de 50% de culpa.

Aplicação:

- Pedro estava em alta velocidade, o que contribuiu para o acidente.
- As luzes de freio defeituosas de Susan e a condução errática também contribuíram.
- Um júri pode atribuir 60% de culpa a Susan e 40% a Peter.
- Susan ainda pode recuperar 40% de seus danos; Peter pode recuperar 60% dos seus danos se provar que Susan foi negligente.

Conclusão:

Ambas as partes podem recuperar na proporção da culpa da outra sob o estatuto de culpa comparativa pura do Arizona.

◆ **Questão de Ensaio 10: Negligência Médica**

Pergunta:

Dr. Lee, um clínico geral, diagnosticou Mary com uma pequena infecção no estômago e a enviou para casa. Mary retornou dois dias depois em choque séptico de um apêndice

rompido. Os peritos testemunham que qualquer médico de clínica geral razoavelmente competente teria encomendado imagiologia ou encaminhado para um especialista. Mary processa o Dr. Lee por negligência médica.

Resposta IRAC:

Problema:

O Dr. Lee cometeu negligência médica ao não diagnosticar e tratar o apêndice rompido de Mary?

Regra:

Para provar **negligência médica**, o demandante deve provar:

1. Existia um **dever** de cuidado baseado numa relação médico-doente.
2. O médico **violou** o padrão de cuidados de um profissional médico de situação semelhante.
3. A violação **causou** a lesão (causa real e próxima).
4. O demandante sofreu **uma indemnização**.

Os médicos são mantidos no padrão de cuidados de **profissionais razoavelmente prudentes no mesmo campo e localidade**.

Aplicação:

- Dever: Dr. Lee tinha um dever como médico de Mary.
- Violação: Especialistas dizem que um médico de clínica geral razoável teria encaminhado Mary ou encomendado exames de imagem – o Dr. Lee não atendeu a esse padrão.
- Causalidade: A detecção precoce provavelmente teria evitado rutura e sepse.
- Danos: Maria sofreu graves consequências para a saúde.

Conclusão:

O Dr. Lee provavelmente violou seu dever de cuidado, e Mary tem uma reivindicação válida por negligência médica.

◆ **Questão de Ensaio 11: Contratação e Retenção Negligente**

Pergunta:

A XYZ Trucking contrata Tom como motorista comercial sem realizar uma verificação de antecedentes. Tom tem duas condenações anteriores por DUI e uma licença suspensa. Ele bate em outro veículo enquanto dirigia embriagado. A parte lesada processa a XYZ Trucking por **contratação e retenção negligente**.

Resposta IRAC:

Problema:

A XYZ Trucking pode ser responsabilizada por contratar e reter Tom, por negligência?

Regra:

Os empregadores podem ser responsabilizados por **contratação ou retenção negligente** se:

1. O empregado era **incompetente ou inapto** para o trabalho.
2. O empregador **sabia ou devia saber** da incompetência.
3. A inaptidão **causou a** lesão.

Esta é separada da responsabilidade vicária e centra-se na **culpa do empregador** na contratação/retenção.

Aplicação:

- Tom tinha um **histórico de DUIs** e nenhuma licença válida.
- A XYZ não realizou uma **verificação básica de antecedentes**, o que teria revelado isso.
- A condução embriagada de Tom **causou diretamente** o acidente.

Conclusão:

A

XYZ provavelmente violou seu dever ao contratar e reter um funcionário inapto, estabelecendo uma reivindicação válida por contratação negligente.

◆ **Questão de Ensaio 12: Inflicção Negligente de Sofrimento Emocional (NIED)**

Pergunta:

Emily viu a filha ser atingida por um carro enquanto estava na calçada. Emily não sofreu danos físicos, mas sofreu TEPT. Ela processa o motorista por **inflicção negligente de sofrimento emocional**.

Resposta IRAC:

Problema:

Emily pode se recuperar por infligência negligente de sofrimento emocional?

Regra:

Para recuperar sob o **NIED do espectador**, a maioria das jurisdições exige:

1. O queixoso tinha **uma relação próxima** com a vítima.
2. O queixoso esteve **presente** no local.
3. O demandante **observou pessoalmente** a lesão.
4. Em consequência, o queixoso sofreu **graves perturbações emocionais**.

Algumas jurisdições também permitem **a NIED vítima direta** se o queixoso estiver na **zona de perigo**.

Aplicação:

- Emily é a mãe da criança – uma relação próxima.
- Ela **testemunhou** o evento em tempo real.
- Ela sofreu **TEPT documentado**.
- Emily não estava na "zona de perigo", então esta é uma afirmação de **espectador**.

Conclusão:

Emily provavelmente satisfaz os requisitos para uma reivindicação NIED espectador e pode se recuperar para seu sofrimento emocional.